



Foto: Saulo Cruz/SAE

[Marcelo Neri e Paes de Barros debatem projeto de lei sobre educação na Câmara dos Deputados](#)

Não existe nada mais estratégico para o Brasil do que a educação, disse o ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e presidente do IPEA, Marcelo Neri, nesta quarta-feira, 8 de maio, durante audiência pública realizada pela Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional, na Câmara dos Deputados. Ele destacou que a jornada diária de estudo é um ponto fundamental a ser discutido e devidamente incluído na projeto sobre o tema, em fase de elaboração.

Ao falar para uma plateia formada por parlamentares envolvidos com o assunto, Marcelo Neri defendeu um aumento gradual da jornada escolar do aluno. “A quantidade de horas que a criança deve permanecer na escola precisa ser o nosso objeto de estudo. Mas acredito que com uma abordagem mais gradual a criança terá um melhor aproveitamento dessa oportunidade”, afirmou.

Com base em estudos e pesquisas sobre educação, o ministro da SAE analisou e debateu alguns pontos do projeto, que está dividido em três temas principais: responsabilização dos gestores públicos na aplicação de verbas para o setor; responsabilização pelo desempenho dos alunos, avaliado por meio de exames nacionais; e outro bloco que trata da regulação do regime de colaboração entre os entes federados.

Para ele, a proposta precisa ser mais flexível no que se refere à avaliação do desempenho da escola e do aluno. Segundo o ministro da SAE, é preciso ter cuidado com os critérios escolhidos, para que não ocorra uma avaliação equivocada. “Tecnicamente é preciso ter um sistema seguro. Ao optar por

uma medida que leva em conta o desempenho, poderá ocorrer uma penalização sobre aqueles que já estão sendo penalizados por razões fora de seu controle, como por exemplo, uma inundação na escola”, observou.

A relação entre a qualidade e a responsabilidade da escola também foi abordada pelo subsecretário de Ações Estratégicas da SAE, Ricardo Paes de Barros. “É possível gerar mais qualidade no ensino gastando mais com educação, ou fazendo o gasto que se tem de forma mais efetiva, ou realizando os dois, que é o melhor. O ideal é aumentar o gasto e usar esse acréscimo para melhorar a alocação dos recursos. É isso que uma lei de responsabilidade educacional precisa fazer”, contou.

Paes de Barros ponderou, ainda, que para alcançar uma melhora na educação do País, é preciso desenvolver um sistema de incentivos que funcione como promotor da qualidade. Ele também lembrou que essa evolução poderá ser alcançada por cada município de forma diferente. “A preocupação que tenho com a redação atual da proposta é que uma das grandes vantagens que temos em ter muitos estados e municípios é que cada um poderá alcançar essa melhora na qualidade de maneira diferente. Talvez não seja bom definir na lei exatamente qual é a maneira que as escolas deverão chegar aos resultados”, disse.

Ao comparar a qualidade do ensino brasileiro com outros países, Paes de Barros afirmou que o Brasil tem apresentado uma melhora, mas ainda é necessário avançar. “Ao olhar para o PISA, Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes, o Brasil está entre os cinco países que mais melhoraram nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, estamos 38 pontos atrás do Chile, o que representa 30 anos de atraso. Isso mostra que temos que caminhar com mais velocidade para melhorar esse quadro”, explicou.

O Senador Cristovam Buarque (PDT/DF), defendeu a federalização do ensino no Brasil, com foco em um plano de carreira que atenda melhor aos professores. “A qualidade média do ensino no País é baixa e a desigualdade é grande. Só existe uma forma de resolver essa questão, a solução é nacionalizar o problema”, advertiu.

notícia 8:00 09/05/2013

<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/materias/marcelo-neri-e-paes-de-barros-debatem-projeto-de-lei-sobre-educacao-na-camara-dos-deputados/>